



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2014
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre práticas de atrasos nos pagamentos aos bancos (públicos e privados) de recursos obrigatórios para bancar programas sociais, como o Bolsa Família e abono salarial, e gastos previdenciários, como aposentadorias e pensões.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre denúncias de práticas de atrasos nos pagamentos aos bancos (públicos e privados) de recursos obrigatórios para bancar programas sociais, como o Bolsa Família e abono salarial, e gastos previdenciários, como aposentadorias e pensões, nos seguintes termos:

- a) Se o Tesouro Nacional tem efetivamente recorrido ao expediente conhecido como "pedaladas fiscais", que na prática são atrasos nos pagamentos aos bancos (públicos e privados) de recursos obrigatórios para bancar programas sociais, como o Bolsa Família e abono salarial, e gastos previdenciários, como aposentadorias e pensões para melhorar indicadores fiscais.
- b) Se essas "pedaladas", no jargão dos analistas, que eventualmente têm ajudado o Tesouro a melhorar artificialmente, em determinados meses, o resultado das contas públicas ao apresentar despesas menores do que aquelas efetivamente devidas, seriam evitadas caso houvesse a incorporação dos registros fiscais.
- c) Qual a periodicidade desses eventuais atrasos nos últimos vinte e quatro meses, incluindo os repasses obrigatórios e devidos à Previdência, ao programa Minha Casa Minha Vida, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e até ao Bolsa Família.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- d) Informar a data do pagamento dos benefícios e dos repasses do Tesouro à Caixa Econômica Federal desde 2012, já que, quando há atraso nos repasses, a Caixa paga os benefícios com recursos próprios.
- e) Se houve retenção pelo Tesouro Nacional do pagamento de subsídios de financiamentos agrícolas ao Banco do Brasil para ajudar a melhorar o seu resultado fiscal, nos últimos vinte e quatro meses e, em caso positivo, as justificativas para cada um dos casos.
- f) O Tribunal de Contas da União tem feito ressalvas e recomendações no relatório anual das Contas do Governo. Muitas destas ressalvas são associadas a estas operações de aumento artificial do superávit primário. O que falta para o Governo levar a cabo as recomendações do TCU? Ou rejeitá-las como equivocadas?

Justificativa

A mídia tem sido recorrente em publicar que o atual governo tem utilizado manobras condenáveis para melhorar as contas do governo. A chamada “contabilidade criativa” causou enorme dano para a confiabilidade de nossas instituições e tem sido um dos responsáveis pela desconfiança geral dos analistas econômicos em relação aos números do Tesouro e, por conseguinte, da seriedade do país no enfrentamento de nossos problemas econômicos.

A contabilidade criativa como forma de obscurecer a real situação das contas públicas vem ganhando contornos cada vez mais ousados neste governo. O governo federal vem adotando procedimentos para esconder a expansão da despesa pública, do déficit e da dívida governamental. Como consequência deste expediente, empresas, investidores e trabalhadores perdem confiança nos números exibidos pela União, e passam a ter maior incerteza quanto à real situação das finanças públicas.

Esse malabarismo fiscal consiste no adiamento dos repasses e pagamentos devidos, inclusive da área social, para evitar que os números comprovem a persistente deterioração da política fiscal e ampliem a desconfiança com relação a este governo. O governo, no final de 2013, já havia se utilizado desse estratagema quando postergou os repasses do SUS para Estados e Municípios, vitais para o custeio da assistência médica à população.

O governo federal estendeu a prática para a Previdência Social, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Bolsa Família e o programa Minha Casa, Minha Vida. Segundo levantamento realizado pelo jornal O Globo, na esfera da Previdência, o governo negociou com o Conselho Nacional de Justiça o adiamento para novembro dos pagamentos de precatórios normalmente feitos em abril. Estão sendo igualmente adiados os repasses



CÂMARA DOS DEPUTADOS

para os bancos de aposentadorias de até um salário mínimo e para pagamento do Minha Casa Minha Vida.

Os bancos, notadamente a Caixa Econômica Federal, continuam fazendo os pagamentos em dia. É real que o Tesouro tem atrasado o repasse de recursos de forma a melhorar seus balanços mensais, ao reduzir artificialmente suas despesas. Quando o Tesouro atrasa pagamentos às instituições financeiras ele precisa compensá-las com a taxa Selic. Ou seja: o Tesouro ganha no curto prazo, ao apresentar despesas menores, mas se endivida com os bancos.

A ONG Contas Abertas, dedicada à transparência das contas públicas, questiona a atual prática de maquiagem da política fiscal, ou seja, as pessoas sempre ficam questionando se aquilo que nos está sendo dado é real ou é – como aconteceu, na opinião da referida instituição, no final do ano passado – inflado por questões de manobras orçamentárias. Dados mostram que os Restos a Pagar Processados em 2013 foram da ordem de R\$51 bilhões. Em 2012, R\$26 bilhões, ou seja, metade. O Ministério da Fazenda alega que o valor foi menor: R\$33 bilhões. Ainda assim, são 27% a mais do que em 2012.

Esses fatos não são novos e, infelizmente, vem se tornando corriqueiros. A esse respeito, protocolamos, há pouco, em julho deste ano, dois requerimentos de informações com as mesmas preocupações acerca de uma possível maquiagem nas contas públicas, mas para um outro caso concreto.

Diante de tal situação, sabendo de nosso compromisso institucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, solicitamos as informações acima para que possamos compreender o que de fato ocorreu, e da mesma forma contribuir para o zelo de uma efetiva e transparente contabilidade das contas públicas.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 2014.

**Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR**